
A CIÊNCIA PARA ALÉM DA RAZÃO: UM DEVER DE REFLORESTAMENTO ESPIRITUAL E DECOLONIAL

Emanuely Miranda Nogueira Rangel¹

Resumo: A falência da Igreja durante a Idade Média fomentou um divórcio insuperável entre ciência e religião, fazendo com que a primeira delas negasse e se afastasse de quaisquer pensamentos que tocassem ou beirassem a primeira, seja ela como fosse. A Europa, que outrora impunha seu catolicismo sobre os povos colonizados, começou a impor suas noções epistemológicas sobre eles, rivalizando saberes e tanto hierarquizando-os quanto dicotomizando-os, determinando a si mesma como referência de um padrão. Foi assim que a ciência se estabeleceu ao longo da história como uma instituição de epistemologia única: branca e europeia, desde a classificação histórica que gira em torno da Europa até o racismo epistêmico que desqualifica, anula e extermina tudo aquilo que não se vê no espelho. Este ensaio investiga a lógica de monocultura colonizadora que avançou das terras às mentes, cuja produção de conhecimento tem a razão como plantio e a devastação de espiritualidades como prática que a possibilita funcionar. Diante desse funcionamento colonizador, os povos indígenas e as conexões cósmicas ficam à margem daquilo que foi dado como centro e topo, por não atenderem aos critérios europeus de objetividade para então serem considerados como válidos. Essa marginalização decorre em instrumentalizações da natureza, em destruições que devastam terras e corpos, em colonizações de modos de pensar e existir. Em aliança com filosofias originárias e ancestrais, cultivadas por pensadores como Ailton Krenak e Célia Xakriabá, este ensaio experimenta conexões cósmicas e reflorestamentos espirituais em meio ao inóspito fazer científico, compreendendo essa mobilização como um dever urgente e decolonial de reflorestamento.

Palavras-chave: Espiritualidade; Ciência; Monocultura; Reflorestamento.

THE SCIENCE BEYOND REASON: A DUTY OF SPIRITUAL AND DECOLONIAL REFORESTATION

Abstract: The collapse of the Church during the Middle Ages fostered an insurmountable divorce between science and religion, making the former deny and distance itself from any thoughts that touched or bordered on the former, in whatever way it might be. Europe, which once imposed its Catholicism on colonized peoples, began to impose its epistemological notions on them, rivaling knowledge and both hierarchizing them and dichotomizing them, determining itself as the reference of a standard. This is how science established itself throughout history as an institution of unique epistemology: white and European, from the historical classification that revolves around Europe to the epistemic racism that disqualifies, annuls and exterminates everything that is not seen in the mirror. This essay investigates the logic of colonizing monoculture that advanced from lands to minds, whose production of knowledge has reason as planting and the devastation of spiritualities as a practice that makes it possible to function. Faced with this colonizing functioning, indigenous peoples and cosmic connections remain outside what was given as the center and top, as they do not meet the European criteria of objectivity to then be considered valid. This marginalization stems from the exploitation of nature, the destruction that devastates land and bodies, the colonization of ways of thinking and existing. In alliance with original and ancestral philosophies, cultivated by thinkers such as Ailton Krenak and Célia Xakriabá, this essay experiences cosmic connections and spiritual reforestation in the midst of the inhospitable scientific work, understanding this mobilization as an urgent and decolonial duty of reforestation.

Keywords: Spiritualities; Science; Monoculture; reforestation.

¹ Mestra em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa MultiTÃO. E-mail: emanuelymiranda.em@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6372-0708>

1 INTRODUÇÃO

O Iluminismo dividiu um tempo e um lugar em antes e depois, demarcando uma fronteira histórica entre a Idade Média e a Idade Moderna na Europa. O que as separa tem a ver sobretudo com a estima direcionada àquilo que a sociedade antropocêntrica determinou ser razão.

Durante a Idade Média, as instituições religiosas moviam as engrenagens sociais. O clero ocupava o topo da pirâmide e precedia as demais classes no que tange o acesso aos privilégios. Seu controle transbordava para além da vida pública e invadia a vida privada pelas frestas, arrombando-as com irrefreável força torrencial e devastando o que estava pela frente.

Essa época foi marcada por consecutivas corrupções institucionalizadas, caças e mortes de mulheres estigmatizadas na sociedade como bruxas, severas regulações sexuais que reduziram o prazer a fins reprodutivos, divisões em castas, papéis de gênero e instrumentalização de corpos. Foi a estreita ligação entre estado e igreja que desencadeou e embasou as práticas medievais e abriu precedentes para formas atualizadas de opressão em tempos porvir.

A paúra às perspectivas e funcionamentos da Idade Média fundou um novo tempo na Europa, cuja filosofia preconizava a razão em detrimento de pensamentos que beiravam ou tocavam a espiritualidade, seja ela qual fosse. Com a chegada da Idade Moderna, o clero perdeu forças e houve um divórcio insuperável entre conhecimento e religião, colocando-os como opostos e, portanto, inconciliáveis. A Igreja perdeu o monopólio que mantinha sobre os textos bíblicos e o indivíduo passou a buscar e formar seu próprio saber, sem depender de instituições moralizantes para isso. Esse foi o princípio da centralização do homem em si mesmo.

Cruz (2011) diz sobre a construção de um personagem livre e independente que passou a determinar seu próprio agir. Diante desse novo cenário, a força torrencial e devastadora da religiosidade parecia rarear cada vez mais. “Abandonando uma visão cosmológica do homem centralizada na autoridade e na religião, ele propõe um olhar centrado na certeza do conhecimento a partir do próprio indivíduo. Esse fundamento antropológico deu origem ao chamado racionalismo” (CRUZ, 2011, p. 38)

A razão foi tão estimada a ponto de ser metaforicamente comparada à luz. A Idade Média ficou para sempre conhecida como Idade das Trevas e o movimento que a findou entrou para a história com a classificação de Iluminismo.

A centralização do homem em si mesmo, iniciada pela Idade Média, ultrapassou o tempo e o lugar de sua origem. É muito importante enfatizar que a classificação histórica sobre a passagem dos anos e das eras parte de uma perspectiva eurocêntrica e colonizadora. Foi por vias de colonização que a Europa transbordou o que estava acontecendo entre suas fronteiras para o resto do mundo e desaguou suas noções com força de enchente sobre outras terras e gentes.

A Igreja catequizou povos originários com sua moral religiosa e atacou suas espiritualidades durante a Idade Média, demonizando-os e forçando a catequização sobre seus múltiplos modos de viver em conexão com o cosmos. Já na Idade Moderna, a Europa continuou a forçar sua razão sobre noções e saberes indígenas, cósmicos e florestais. Mais uma vez, atacando suas espiritualidades e, dessa vez, sobrepujando-as com a razão, bem como hierarquizando conhecimentos a partir do masculino europeu, colocando-o como centro e topo. Essa hierarquia assentou os fundamentos daquilo que veio a ser a produção de conhecimento e, não obstante, a classificação do mesmo.

Este ensaio investiga o caminho da ciência por vias epistemológicas de colonização. Expõe a monocultura racional que se estabeleceu como produção de conhecimento e experimenta, sob a luz dos povos indígenas, uma reconciliação com a espiritualidade.

2 EPISTEMOLOGIA COLONIZADORA

Isabelle Stengers (2017), filósofa e escritora animista, aponta para esse funcionamento colonizador e hierárquico, que rivaliza certos saberes contra outros, como uma espinha dorsal da prática científica. Ela nomeia uma Ciência, escrita intencionalmente com C maiúsculo e no singular, que totalitariza e preconiza um conhecimento racional e objetivo em negligência e em desconsideração ao cosmos.

A prática científica reproduz padrões iluministas de origem europeia que insistem em fincar raízes em solo latinoamericano e determinar tanto os modos de pensar quanto os modos de viver dos povos que aqui estão, caminham, povoam, plantam, colhem, dançam, amam, nascem, morrem.

O modo como ocupam o mundo foi posto involuntariamente como lado de uma binariedade, na qual os posicionam como seres dicotomicamente opostos à razão e, conseqüentemente, àquilo que veio a ser chamado de conhecimento. Stengers comenta sobre a existência de divisões e classificações entre polos, gentes, saberes. “Em nome da Ciência, um julgamento foi atribuído à vida de outros povos e esse julgamento também prejudicou gravemente nossas relações com nós mesmos” (STENGERS, 2017, p. 4).

No Brasil, as universidades foram criadas ainda em tempos de subserviência da colônia perante a metrópole e, portanto, os espaços estabelecidos como produtores de conhecimento reproduzem funcionamentos coloniais desde a origem. Mesmo com a declaração da independência, o padrão eurocêntrico continuou a imperar sobre os demais saberes que florestavam e ainda florestam a partir de sementes da multiplicidade étnico-racial, socioeconômica e cultural da América Latina. Nesse caso, noções negras e indígenas sofrem de uma violência nomeada como epistemicídio.

Essa nomenclatura, ainda em debate e em formação, diz respeito ao extermínio de uma epistemologia que, por sua vez, tem a ver com a perspectiva pela qual nos relacionamos com os

conhecimentos em trânsito no campo científico, questionando-os e validando-os, ou não. Nesse caso, a validação tem o critério europeu como referência e rigor.

Em uma palestra, Grada Kilomba (2018) reflete sobre o conceito da epistemologia e seus desdobramentos. Para ela, trata-se de uma definição sobre como e quem produz conhecimento, sempre de acordo com interesses políticos de uma sociedade branca e patriarcal. Em sua reflexão, destrincha o termo e elenca seus pressupostos basilares:

1. (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. 2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro (KILOMBA, 2018, p. 5).

Os povos originários e afrodescendentes sofrem com a imposição do racionalismo europeu como única forma possível de perspectiva levada a sério e único conhecimento dado como confiável e verdadeiro. Para o padrão masculino e branco, parafraseando Caetano Veloso (1978) e cantando junto com ele, tudo aquilo que não é espelho está determinado como fora do aceitável e, portanto, torna-se racializado. Nesse sentido, Carneiro (2005) diz sobre um racismo epistêmico que atua como um sistema operacional e consolida a supremacia intelectual da racialidade branca.

O Epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à Educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o Epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender, etc (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Em diálogo com Carneiro (2005), Martins e Moita (2028) apontam para a solidificação de campos de saberes altamente hierarquizados. A prática científica classifica e marginaliza tudo aquilo que não cabe em seu padrão racional, como os modos de pensar e viver de outros povos que estão em diálogo com o cosmos e não cederam à superestimação da objetividade. “O campo de conhecimentos presente, sobretudo nas universidades, quando estudado de maneira mais aprofundada, revela uma arena de disputas na qual se discute um corpo de conhecimentos” (MARTINS; MOITA, 2018 p. 8).

Nesse campo de tantos atritos, opera o epistemicídio, cuja intenção consiste em exterminar o conhecimento marginalizado e classificado como inferior na relação com o padrão masculino e branco. Para Boaventura Santos (2013), aí está a ferramenta mais eficaz e duradoura de dominação

étnico-racional. Ela foi articulada para fins colonizadores via meios de colonização. “O colonialismo, para além de todas as dominações injustas e violentas, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados” (SANTOS, 2013, p. 10).

A colonização fomenta genocídios e epistemicídios que colocam gentes e modos de pensar e existir sob ataque. É pela invalidação dos saberes indígenas e afrodescendentes que a Ciência denunciada por Stengers (2017) se estabelece e se legitima como monocultura de conhecimento nas universidades desde a Europa e para além dela. A razão se alastra pela terra das mentes como único cultivo científico e desmata a multiplicidade de saberes latinoamericanos e cósmicos.

3 MONOCULTURA: O PLANTIO DE UM PADRÃO

Em *As Veias Abertas da América Latina*, Eduardo Galeano (2004) dá a ver e a sentir o rastro destrutivo que as monoculturas deixaram e ainda deixam pelas terras onde fincam suas raízes assassinas. Elas são as engrenagens da máquina de destruir que nomeamos como colonização.

Galeano (2004) relata a riqueza vegetal e mineral (e até então nada capital) que florestava a faixa litorânea do Nordeste e a tornava exuberante. Manifestava-se ali uma ecologia cósmica e cuidada pelos povos originários. “Bem regada por chuvas, tinha um solo de grande fertilidade, muito rico em húmus e sais minerais, coberto por matas tropicais da Bahia até o Ceará” (GALEANO, 2004, p. 74)

No entanto, quando invadiram a terra indígena e deram seus primeiros passos na terra que hoje chamamos de América Latina, os colonizadores derrubaram as árvores em massa para que a cana de açúcar ocupasse o vazio deixado pela ausência forçada delas. Tomaram a natureza, a capitalizaram e a tornaram meio para seus fins. Assim, as matas foram pervertidas em monoculturas de canaviais e genocídios cósmicos ceifaram a vida de muitos seres.

Onde tudo germinava com exuberante vigor, o latifúndio açúcareiro, destrutivo e avassalador, deixou rochas estéreis, solos lavados, terras erodidas. Fizeram-se, a princípio, plantações de laranjas e mangas, que foram abandonadas e se reduziram a pequenas hortas que rodeavam a casa do dono do engenho, exclusivamente reservadas para a família do plantador branco. Os incêndios que abriam terras aos canaviais devastaram a floresta e com ela a fauna; desapareceram os cervos, os javalis, a toupeiras, os coelhos, as pacas e os tatus. O tapete vegetal, a flora e a fauna foram sacrificadas, nos altares da monocultura, à cana-de-açúcar. A produção extensiva esgotou rapidamente os solos (GALEANO, 2004, p. 74).

De tão explorada, a região que era a mais rica se tornou a mais pobre. A miséria de muitos significava, de acordo com as palavras de Galeano (2004), a prosperidade mortal de poucos. O Brasil se tornou o maior produtor mundial de açúcar, mas sua comercialização para fora custou o

empobrecimento de tudo que estava dentro, das terras às gentes que ocupavam este lugar. Por onde passa, a monocultura deixa rastros de destruição.

Sua premissa gira em torno do genocídio da diversidade para a fixação de um padrão que a soterra e a sufoca. No entanto, esse funcionamento colonial não se restringe aos territórios colonizados e extrapola para além deles, tomando campos de outra ordem: corpos, mentes, espaço, cultura e tempo.

No livro *A Gramática do Tempo*, Santos (2021) expõe um conjunto de monoculturas que transitam entre saberes, tempos, classificações sociais, escalas e produtividades. Elas decorrem da modernidade eurocêntrica que sucedeu a Idade Média e atualizou as práticas de colonização, ampliando o alcance de seus tentáculos e, às vezes, tornando-a sutil tanto quanto a torna mais traiçoeira.

Em um dos capítulos, Santos (2021) deixa um enfoque crítico sobre a monocultura racional, cujo mote consiste em anular outros modos de pensar e existir que não reproduzem o padrão masculino, branco e europeu. “É o modo de produção da não existência mais poderoso. Consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respetivamente” (SANTOS, 2021, p. 133)

Dessa premissa, parte o conceito e o funcionamento da monocultura do saber. Em diálogo com Santos (2021), Tait (2015) a descreve como o entendimento de que o único saber com rigor é o saber científico. “Outros saberes são tornados invisíveis ou descredenciados” (TAIT, 2015, p. 11)

O padrão que se reproduz no saber científico e não se encontra superestimado nos saberes tradicionais é a razão. Noções e práticas que transbordam para além dos limites delineados pela racionalidade são imediatamente colonizados e conseqüentemente invisibilizados pela ciência eurocêntrica, que desconsidera experiência e conexões cósmicas como modos válidos de pensar, existir e criar.

A monocultura movimenta a engrenagem do epistemocídio, responsável por transformar os espaços de produção de conhecimento em lugares inóspitos para pensamentos e intervenções de reflorestamento.

As conseqüências da fixação desse padrão eurocêntrico que visa fixar a razão como rigor decorre na institucionalização das universidades como espaços de poucos e para poucos, instrumentalização de grupos em objetos de estudos, elitização da linguagem, descompromisso com políticas públicas de acesso e permanência, entre outros fatores que reforçam o território universitário como mais um espaço de monocultura.

4 O QUE A RAZÃO NOS CAUSOU

Além de causar um epistemicídio pela imposição de uma monocultura, a epistemologia que parte da razão funda um modo de pensar que preconiza o desenvolvimento a todo custo, devastando tudo que há pela frente.

Na ciência, de acordo com as palavras de Stengers (2017), a razão opera como uma tolice que aprisiona a aventura científica. Barreto e Beltrami (2016) lembram o Iluminismo como origem que fomentou a superestimação dela e expõe a relação do humano com a natureza que foi criada a partir de então.

Eles afirmam que a razão era considerada como o maior investimento no que tange a busca de conhecimento e também como marcador que diferenciava os homens dos demais seres. “O ser Iluminista por defender a razão como o epicentro das coisas mudou a forma de pensar humana sobre os elementos naturais” (BARRETO; BELTRAMI, 2016, p. 1485). Eis aí o princípio de uma dicotomia.

O teólogo Leonardo Boff (1999) acusa o dualismo como engrenagem dessa lógica racional e como fomento de separações em todos os campos que atravessa: da ciência à espiritualidade. “A razão instrumentalista supõe essa prática dualista” (BOFF, 1999, p. 80)

É exatamente aí que Boff (1999) revela outra faceta constituinte da anatomia da razão: a instrumentalização. No plantio das monoculturas, a fertilidade das terras é instrumentalizada - e pervertida - para fazer crescer o padrão que o ser racional deseja fixar e fazer crescer, se alastrar. Instrumentalizam também os rios os corpos de mulheres para que suas águas deem as forças que movem a sociedade: energia elétrica e massa trabalhadora.

O filósofo indígena Ailton Krenak (2020) caracteriza tudo isso como um abuso daquilo que vem a ser chamado de razão e crítica às dicotomias que a monocultura racional estabeleceu. De um lado, a produção capitalista e científica de padrões vive. De outro, tentando sobreviver, resiste as florestas, quase implorando para que nos percebamos como parte delas.

Fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza (KRENAK, 2020, p. 15)

É preciso superabundar floresta onde abundou monocultura para que padrões fundantes de dicotomias dêem espaço ao convívio conciliável e simbiótico de diferentes seres, forças e modos de pensar: humanidade e natureza assim como até mesmo ciência e espiritualidade.

5 ESPIRITUALIDADE

Para Boff (2006), espiritualidade é aquilo que produz uma mudança dentro de nós. Em suas vivências e composições filosóficas como teólogo, observa-se e aprende-se um modo de viver e

pensar que considera a comunhão com a natureza, sendo parte dela e com ela, para acessar o que transcende e criar mundos possíveis. A filosofia que cultivou em torno da espiritualidade também assume e jamais se esquivava da dimensão política que nos atravessa, experimentando uma libertação holística para todos e todas.

O ecofeminismo também transita por esse caminho: acolhe a conexão cósmica e a dimensão política da espiritualidade. Nesse caso, as filósofas femininas pautam as questões de gênero e fabulam o divino para além de visões androcêntricas e masculinas. Ivone Gebara (2017), teóloga católica tal qual Boff (2006), desponta nesse cenário como expoente e experimenta o sagrado para além do que foi dado.

Por isso, se costuma dizer que as sociedades monoteístas patriarcais repousam sobre um monoteísmo masculino que torna difícil a introdução de elementos simbólicos mais inclusivos que façam justiça ao feminino e à diversidade de expressões da vida. O monoteísmo masculino é, na verdade, a expressão de culturas de dominação pública masculina. Por isso, nessas culturas, há quase uma rejeição de se expressar Deus no feminino muito embora aqui e acolá surjam qualificativos que revelam a possibilidade de abafarmos o feminino em nós. Por exemplo, a expressão “Deus é misericordioso” remete à palavra misericórdia, e esta se origina do hebraico *rahem que* significa útero. O feminino acaba irrompendo de diferentes maneiras, embora seja apropriado pelo masculino (GEBARA, 2017, pp. 8-9).

Tanto Gebara (2017) quanto Boff (2006) sinalizam o cuidado como prática e ética relevantes e indispensáveis para a vivência de uma espiritualidade que não se isola na individualidade e se insere no cosmos. Essa inserção nos coloca em reconhecimento e em relação com os, bichos, plantas, gentes, pedras e águas cujas existências nos acompanham.

Para Bell Hooks (2020), filósofa feminista, o despertar para a espiritualidade nos leva necessariamente a ver o amor em todos os seres vivos. “A vida espiritual tem a ver, em primeiro lugar, com o compromisso com uma forma de pensar e agir que honre os princípios de interconexão e simbiose” (HOOKS, 2020, p.115)

Pensando com o filósofo e as filósofas, compreendemos a espiritualidade como algo que nos move por dentro, mas acima de tudo que se vive junto, dando conta das responsabilidades e potencialidades que há na comunhão com o sagrado e com os demais seres. Logo, ela não seria algo que aliena e sim algo que nos expande. Sobretudo, algo que nos guia para além da individualidade por um caminho de afeto ao habitar o cosmos.

6 REFLORESTAR TERRAS TOMADAS PELA MONOCULTURA

Para contrapor as monoculturas de todas as ordens e experimentar reflorestamentos espirituais, inclusive aquela que superestima e sacraliza a razão, Santos (2021) propõe uma série de ecologias a fim de reflorestar aquilo que outrora fora devastado e esgotado por um padrão.

Reflorestar implica em desaprender epistemologias dadas e se abrir ao florescimento de saberes múltiplos. Portanto, o autor insiste na necessidade da desaprendizagem e elenca passos a dar.

Desaprender não significa esquecer ou desprezar o que se aprendeu. Significa uma travessia complexa constituída por seis longos passos: 1) reconhecer que, além do saber próprio, há outros saberes com critérios de validade diferentes; 2) dispor-se a submeter o saber próprio ao escrutínio desses outros saberes; 3) contrastá-los em função de três questões: que grupos sociais sustentam esse saber, com que propósitos, e com que poder para compreender e transformar a realidade em função deles; 4) avaliar a relação entre os poderes que sustentam cada um desses saberes e os principais modos modernos de dominação: capitalismo, colonialismo e patriarcado; 5) optar politicamente pelos grupos oprimidos e pela dominação; 6) dispor-se a lutar com eles, procurando fortalecer a luta por via da interface entre o saber próprio e os outros saberes. Entendida nesses termos, a desaprendizagem é a condição necessária da ecologia de saberes (SANTOS, 2021, p. 35).

É preciso não apenas reconhecer outros saberes, como também considerá-los válidos e relevantes a ponto de compor com eles, experimentar epistemologias além da perspectiva racional e desviar de padrões eurocêntricos que perpetuam colonizações.

Ao falar sobre a ecologia de saberes, Tait (2015) sugere fazer um uso contra-hegemônico da ciência. Nesse caso, considerando-a como uma instituição eurocêntrica, seria necessário tirá-la do pedestal onde foi posicionada como irreprensível e insuperável.

De acordo com essa sugestão, ela não seria uma oposição dicotômica à ecologia dos saberes e sim uma parte com eles, compondo uma paisagem florestada onde diferentes convivem simbioticamente.

A ideia é que este saber possa dialogar com o saber popular, indígena, urbano marginal, etc. O ponto central está em entender o que determinado conhecimento produz na realidade, que tipo de intervenção realiza e quais as desejáveis. Por exemplo, o melhor acontecimento para levar o homem à lua é científico; para preservar a biodiversidade é o indígena. (TAIT, 2015, p. 12)

Nunca conferência realizada em celebração pelos 10 anos do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, esse diálogo foi clamado como necessário e urgente. Durante sua fala, Geri Augusto (2022) propôs uma relação outra com a ciência.

Essa relação seria possível ao acionarmos o afeto da humildade a fim de possibilitar o encontro, o convívio e a troca entre diferentes saberes e epistemologias. Augusto menciona a potência dos conhecimentos indígenas e quilombolas diante da necessidade de criar alternativas, tendo em vista não apenas a ciência como também a política. “Quem melhor para discutir os conceitos de soberania, liberdade e território se não os povos tradicionais” (AUGUSTO, 2022, p. 307).

Em seguida, Augusto (2022) comenta sobre a necessidade de trazer a perspectiva do colonizado à tona para contar a história da colonização, bem como sobre a urgência de escutar os povos oprimidos para compreender como estão se organizando em torno de ideias e práticas para proteger o futuro, posto em risco pela busca à razão.

Na mesma conferência, a líder indígena e pesquisadora Xakriabá (2022) adverte sobre a importância de quilombolizar e indigenizar a universidade, alertando sobre o modo de conjugação desses verbos. “Não basta reconhecer os nossos conhecimentos. Não basta reconhecer as nossas narrativas. É urgente reconhecer também nossos conhecedores” (XAKRIABÁ, 2022, p. 312).

Em sua dissertação de mestrado, Xakriabá (2018) honrou seu vínculo com a ancestralidade e deslocou sua pesquisa para fora da monocultura racional a fim de criar e compor em aliança com os saberes tradicionais que urgem como necessários e clamam do ventre da terra para reflorestarem as mentes e decolonizarem universidades. “Adentrar o território acadêmico me faz assumir o compromisso de contribuir na construção de outras epistemologias nativas, dando relevância à produção do conhecimento indígena no território acadêmico e em outras agências, na ciência do território” (XAKRIABÁ, 2018, p. 19)

Em tempos de monocultura, Xakriabá (2018) fez ecologia. Reflorestou terras, textos, mentes, corpos, noções, práticas, epistemologias e conhecimentos terrivelmente comprometidos com a razão. Seu modo de pensar e ocupar o mundo fica para nós como referência.

7 TRAZER A ESPIRITUALIDADE À FLORESTA

A dissertação de Xakriabá (2018) transita nos espaços da produção de conhecimento sobre pedagogia e propõe um fazer pedagógico que parte de uma educação territorializada para honrar ancestralidades, tradições e sustentabilidades com foco no protagonismo indígena.

O livro *A Queda do Céu*, declarado como um acontecimento científico incontestável, dá a ver a relação íntima e inseparável entre povos indígenas e espiritualidade. Nomeado como material etnográfico e manifesto político, Bruce Albert (2015) transforma o texto em travessia para adentrar a vida e a cosmovisão de um xamã yanomami, Davi Kopenawa (2015).

Durante a leitura, partimos da história que conta os trajetos de sua vocação xamânica e desembocamos num relato sobre uma profecia cosmoecológica que revela a morte dos xamãs e o fim da humanidade. O livro transita entre a ciência e a espiritualidade, reconciliando polos que os europeus divorciaram desde o Iluminismo.

A tarefa de desfazer a monocultura racional implica em assumir a responsabilidade de colocar diferentes para conviverem em floresta, experimentando aproximações entre a razão e as artes, a espiritualidade, as experiências e as conexões cósmicas.

Em uma tese afrocentrada, Silva (2018) relembra que foi o modelo moderno-colonial de universidade europeia copiada para o Brasil quem afastou a espiritualidade da produção de conhecimento. O iluminismo ficou como uma herança para nós. “Her damos, portanto, uma universidade na qual perdemos a possibilidade de expansão da consciência a partir da presença da intuição, do saber que não é racional, já que tudo isso foi excluído” (SILVA, 2018, p. 55)

Atender ao apelo pela racionalidade totalitarista implica necessariamente em romper a conexão com o cosmos, que costuma se manifestar em terrenos férteis da espiritualidade. Uma vez que abrimos mão dela por desconsiderá-la irrelevante ou quem sabe menos importante e até mesmo rival da ciência, estamos funcionando de acordo com os padrões iluministas.

Conclui-se, a partir das mobilizações aqui articuladas, que abrir espaço para a espiritualidade na ciência configura um dever urgente e decolonial. Trata-se de um movimento que desvia da classificação histórica via Europa e experimenta a produção científica como uma possibilidade de conexão cósmica, em aliança com seres e povos colonizados.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce; KOPENAWA, David. **A queda do Céu**. São Paulo: Companhia das Letras: 2005.
- AUGUSTO, Geri; XAKRIABÁ, Célia Nunes Corrêa; PÔRTO, Valéria. Águas do conhecimento: deslocamentos e confluências entre o tradicional e o acadêmico. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas| Interethnica**, v. 23, n. 1, p. 304-323, 2022.
- BARRETO, Vicente; BELTRAMI, Fábio. Considerações acerca da filosofia, direito e ecologia. **Revista Quaestio Iuris**, v. 9, n. 3, p. 1474-1494, 2016.
- BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.
- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: Ética do Humano - Compaixão pela Terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CRUZ, Daniel Nery. A discussão Filosófica da Modernidade e da Pós-Modernidade. **Μετάνοια**, São João Del-Rey (MG), n. 13, 2011.
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- GEBARA, Ivone. **O que é Teologia Feminista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2017.
- hooks, bell. **Tudo sobre o Amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.
- KILOMBA, Grada. “**Descolonizando o conhecimento: uma palestra-performance de Grada Kilomba**”. Tradução: Jéssica Oliveira. Maio de 2018. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-atransgredir.pdf>
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- MARTINS, Mireile Silva; MOITA, JFGS. Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate. **Semana de História do Pontal**, v. 6, p. 1-11, 2018.

SANTOS, Boaventura. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** Autêntica Editora, 2021.

SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade.** Leya, 2013.

SILVA, Nádia. **Decolonização epistêmica na perspectiva negro brasileira.** Tese (Doutorado) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 461, 2018.

STENGERS, Isabelle. Reativar o Animismo. **Caderno de leituras**, v. 62, p. 1-15, 2017.

TAIT, Márcia. **Elas Dizem Não!:** mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos. Campinas: Librum, 2015.

VELOSO, Caetano. **Sampa.** São Paulo: Gravadora Philips, 1978.

XAKRIABÁ, Célia. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá:** reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2018.

Submetido em: 22 de fevereiro de 2023.

Aprovado em: 10 de maio de 2023.